

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
Departamento de Economia

MICHEL MIOTTO BARBOSA

RA00155650

INFLAÇÃO BRASILEIRA DE 1930 A 2020: HISTÓRICO E ANÁLISE DA
POLÍTICA MONETÁRIA

São Paulo – SP

2022

ALUNO

INFLAÇÃO BRASILEIRA DE 1930 A 2020: HISTÓRICO E ANÁLISE DA POLÍTICA MONETÁRIA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como um pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Aquilas Mendes.

São Paulo - SP

2022

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca)

Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento, bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar o nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Barbosa, Michel Miotto.

Inflação Brasileira de 1930 a 2020: Histórico e Análise da Política Monetária / Michel Miotto
Barbosa – São Paulo, 2022.

(47 páginas)

Orientador: Prof. Aquilas Mendes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

Palavras-chave

Inflação; Política Monetária; IGP, IPCA

DEDICATÓRIA

Dedico minha graduação a minha persistência, teimosia e vez ou outra ao desespero em buscar o conhecimento sobre Economia.

Desde que nos intervalos das aulas do colegial quando frequentava as aulas da sexta série no Colégio Estadual Geny Telles Colpani em Campinas do Sul no interior do norte do Rio Grande do Sul, me indispus com a realidade, questionando me porque o mundo sobre o qual lia (uma atitude iniciada por curiosidade e refúgio – traço social que pratico ainda hoje), nos livros e revistas (especialmente as de negócios me interessavam), não parecia diretamente conectado com minha comunidade de então. Foram-se anos de planos juvenis e esforço familiar para me tirar do interior, adquirir habilidades de engenheiro de software e então sustentar-me para buscar o que me interessava. Defini quando passei a cursar em 2008 (fui aluno da FGV na pós-graduação em Gestão Executiva de Projetos), onde cursei disciplinas de Economia Empresarial que um dia, quando fosse possível, iria cursar Ciências Econômicas.

O acaso me fez escolher cursar Ciências Econômicas na PUCSP. Onde entendi que agora na mais otimista das leituras sou apenas um alfabetizado no assunto. A arte da Ciência Econômica é vasta e eu colhi apenas algumas pedras desse caminho que não pretendo deixar de seguir pois é também instigante.

Toda minha vida é resultado do esforço que sou incapaz de mensurar de meus Pais – Paulo Gabana Barbosa e Inês Maria Miotto Barbosa, pequenos agricultores, produtores de leite e grãos, que são os bastiões da minha formação.

A minha noiva Graziela Simone Tonin agradeço profundamente pela paciência e apoio durante estes muitos anos em que estive envolvido com o curso e a meus irmãos (Patrezi Antonio Miotto Barbosa – que será economista como eu e Cristian Paulo Miotto Barbosa, bacharel em direito), como eu oriundos de uma família de pequenos agricultores estudaram e são os parceiros e sócios de uma vida de desafios, inconformidade e desejos.

AGRADECIMENTOS

Na PUCSP, durante o Curso de Ciências Econômicas, tive muito bons professores que ao seu estilo, suas preferências e na medida de sua generosidade distribuíram seu conhecimento. Coube a mim buscá-lo.

Sou muito grato a todos!

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar a dinâmica da inflação no Brasil de 1930 a 2020, mensurando o grau de inércia e o histórico de acumulação e inflação nesse período. Primeiramente, foram apresentados resultados de simulação para o desempenho de diferentes variações da razão de variância em amostras finitas. Esta é uma *métrica comumente usada para medir a durabilidade a longo prazo dos choques*. Resultados empíricos no Brasil mostram que o grau de inércia inflacionária é significativamente maior no Brasil do que em Campelo e Cribani Neto. De fato, certos períodos da história econômica brasileira recente foram passados inteiramente pela inércia. No entanto, o grau de inércia da inflação após a implementação Plano Real e até agora.

Palavras-chave: Inflação; Política monetária; IGP; IPCA; Taxas.

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the dynamics of inflation in Brazil from 1930 to 2020, measuring the level of inertia and the history of accumulation and inflation in this period. First, simulation results were presented for the performance of different variants of the variance ratio in finite samples. This is a commonly used measure to measure the long-term durability of shocks. Empirical results for Brazil show that the level of inflationary inertia in Brazil is considerably higher than that found by Campelo and Cribani Neto. In fact, some periods of recent Brazilian economic history have gone through complete inertia. However, the degree of inflationary inertia after the implementation of the Real Plan to date.

Keywords: Inflation; Monetary policy; PGI; IPCA; fees.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Variação da inflação anual - 1930 a 1980.....	17
Gráfico 1 - % inflação	18
Gráfico 2 – 1950 a 1969	19
Gráfico 2 – inflação 1969 a 1979.....	20
Tabela 2 – Inflação e PIB – 1930 a 1989.....	21
Tabela 3 – Inflação 1970 a 1989.....	22
Gráfico 1 – Taxa de inflação IGP.....	23
Gráfico 2 – Taxa de inflação IPCA.....	24
Gráfico 3 – Taxa de inflação IPCA – 1996/2018.....	25
Gráfico 4 – Transações correntes.....	26
Gráfico 5 – Reservas internacionais.....	27
Gráfico 6 – Receitas e despesas do Governo Central.....	27
Gráfico 7 – Taxas reais do crescimento do PIB.....	28
Gráfico 8 – Taxas reais de crescimento do PIB per capita.....	29
Gráfico 9 – Taxa nominal de câmbio.....	30
Gráfico 10 – Variação anual.....	31
Tabela 4 – Inflação acumulada.....	32
Gráfico 11 – Taxa de inflação anual – 1995-2020.....	35
Tabela 5 – Metas de inflação – 1999-2024.....	36
Figura 1 – IGP-DI – 1944 a 2003.....	39
Figura 2 – Medidas de persistência da inflação brasileira.....	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – POLÍTICA ECONÔMICA MONETÁRIA: INFLAÇÃO	13
CAPÍTULO 2 – HISTÓRICO DA INFLAÇÃO BRASILEIRA: 1930 A 2000	17
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE: INFLAÇÃO ACUMULADA DE 2000 A 2020 E AVALIAÇÃO ANALÍTICA DO PLANO DE METAS DE INFLAÇÃO	32
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

A história da economia brasileira registra que o país apresentou, nas seis décadas que se seguiram à eclosão da crise de 1929, uma taxa de crescimento excepcionalmente elevada, e com isso se viu alçado ao rol das dez maiores economias do mundo, ao lado de um vasto setor agropecuário e de uma ampla estrutura manufatureira baseada nos chamados ramos “tradicionais”, um moderno e complexo parque industrial. FURTADO (1974)

Esse processo dinâmico pode ser visto dentro da ótica do crescimento equilibrado da produção rural/urbana, ainda que sob um intenso movimento migratório que transformaria o Brasil num país predominantemente urbano. E, na ótica das relações econômicas internacionais, o observador se defronta com um fenômeno incomum, que foi a transformação do Brasil, nas duas últimas décadas, de uma economia primário-exportadora em um país que exporta predominantemente produtos transformados. FURTADO (1974)

Poder-se-ia dizer que o período pós-30 da história econômica brasileira se caracterizaria por três grandes saltos qualitativos: o primeiro foi o processo de industrialização que se consolidou no bojo da própria crise; o segundo se liga à modernização industrial na segunda metade dos anos 50, e o terceiro se dá pela transformação na estrutura das exportações do país, ao longo dos anos 70, com os produtos industrializados respondendo por cerca de 3/4 do total das vendas externas. FURTADO (1974)

Desde a crise da década de 1930, a economia brasileira vive um novo ciclo inflacionário a cada década, sempre gerado por problemas externos: influenciar de alguma forma diretamente à economia, devido à dificuldade de manter os fluxos de importação (como durante os anos da Segunda Guerra Mundial), ou diante do aumento dos preços internacionais (como na década de 1970, durante a crise do petróleo); ou indiretamente, refletem decisões de política econômica relacionadas a questões externas, como é o caso da nova política de taxa de câmbio introduzida em 1953 (eliminando a valorização do cruzeiro e garantindo um mercado que permitisse o investimento estrangeiro substituir as importações), ou após a reforma cambial de 1961 (com o objetivo

de conter as importações e reequilibrar o balanço de pagamentos), ou mesmo reflexo da política regulatória externa de 1981 e 1983.

Assim, durante a década de 1980, a inflação era, até então, e pela experiência histórica, vista como uma aliada para a economia manter uma alta taxa de crescimento, porém, tornou-se um inimigo jurado.

Nos anos 1990, com o plano Real, houve um combate mais efetivo à hiperinflação que assolou o país na década anterior, praticamente acabando com o problema. E seguindo no início dos anos 2000 com um crescimento econômico que refletiu na política econômica e nos índices de inflação, já não mais preocupantes, e a partir de 2009, com os aspectos decorrentes da crise internacional e da crise política brasileira, chegando na análise atual em relação a economia brasileira durante a pandemia da Covid-19.

Apesar dos esforços sistemáticos para estabilizar os preços nos últimos tempos, por muitos anos, a inflação continuou sendo uma questão prioritária no Brasil. No entanto, do ponto de vista histórico, a inflação é um fenômeno que existe há séculos no Brasil (embora o passado tenha sido intercalado por alguns períodos de relativa estabilidade de preços e até deflação).

Portanto, se estabelece como problema de pesquisa, a seguinte questão:

Quais os efeitos seculares e cíclicos do crescimento monetário sobre a renda real e os preços, nos últimos quase 100 anos, na economia brasileira?

A partir da década de 1980, encontrar os melhores preços e adquirir produtos alimentícios exigia o acompanhamento de preços e quedas constantes, até momentos mais favoráveis, como o início de 2000, quando o poder de compra aumentou e os preços caíram. - e chegar a esse período de incerteza e retração econômica que o país vive hoje, na era pós-pandemia.

É importante entender as mudanças que ocorreram ao longo das décadas. E por se tratar de uma questão complexa, a resposta não é simples, porém, é importante entender como a inflação é afetada por diversos fatores econômicos e políticos, e como entender seus efeitos.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar, dentro de um panorama histórico, o arcabouço econômico, político e institucional que

condicionou a evolução histórica da inflação no Brasil, compreendendo as características da política monetária – do pós Guerra até a pandemia da Covid-19.

Nesse sentido, definimos como objetivos específicos: apresentar a abordagem da inflação a partir das visões da teoria econômica ortodoxa e heterodoxa; levantar um panorama histórico inflacionário no Brasil; analisar as políticas econômicas adotadas no período analisado: 1930 a 2020.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICA ECONÔMICA MONETÁRIA: INFLAÇÃO

Davis (2007) classifica a abordagem ortodoxa como a abordagem convencional, então pelo contrário, heterodoxa como uma abordagem não convencional. Nenhum deles está relacionado uma maneira específica de economizar dinheiro. O que constitui um ortodoxo ou não ortodoxas são as condições históricas em que existe e onde está presente.

Para esclarecer essa questão, o autor dá um exemplo do intervalo entre décadas de 1950 e 1990. Nesse período, as economias capitalistas consideravam a economia neoclássica marxismo ortodoxo e heterodoxo, enquanto as economias socialistas consideram o marxismo ortodoxo e a economia neoclássica heterodoxa.

Para Fernández (2011), o pensamento econômico atual é composto por uma série de escolas. A ortodoxia econômica agora é dominante e é moldada por correntes que se originam da economia neoclássica. A heterodoxia é formada por grupos com pontos de vista diferentes, mas todos eles têm uma coisa em comum: oposição à ortodoxia.

A ortodoxia favorece uma intervenção mínima na economia, um de seus princípios a mais famosa é a Lei de Say, que afirma que a oferta cria a demanda. Deste modo, não haverá necessidade de intervir na economia para estimular a demanda, porque a prática de fornecer bens no mercado gera renda.

Como a ortodoxia se baseia em um axioma inexperiente de racionalidade e maximizar a utilidade pessoal (BELLUZZO; BASTOS, 2016), fenômeno observado na economia seria explicada por mudanças exógenas nas preferências, além da intervenção governamental. Para a Ortodoxia, o dinheiro é considerado exógeno à economia. Enquanto a economia tende a estar em pleno emprego, a inflação perturba o comércio e o resultado de intervenções exógenas, como gastos excessivos do governo. Com base em regras ortodoxas, economistas defendem que o déficit orçamentário da economia em gastos públicos, seria considerado excessivo.

Por outro lado, a diferenciação protege as políticas regulatórias no mercado (BELLUZZO; BASTOS, 2016). Marx e Keynes se opuseram às regras ortodoxas e, portanto, eles estabeleceram a heresia.

Em 1936, no período que se seguiu à crise de 1929, Keynes se opôs ao fundamentalismo e a auto regulação do mercado, afirmou que o dinheiro é endógeno e há outras situações em equilíbrio possível, não apenas o pleno emprego (BELLUZZO; BASTOS, 2016). Porque Keynes, o fato de os recursos estarem disponíveis não leva necessariamente à sua utilização.

De fato, para os capitalistas investirem, deve haver uma expectativa de quantidade demandada. Em geral, quanto maior o investimento e a despesa, maior a receita. Ou, no entanto, se o governo cortar gastos, a receita do setor privado também diminuirá. Segundo a escola keynesiana, para Belluzzo e Bastos (2016), o investimento público incentivar o investimento do setor privado, levando em consideração a geração eficiente de demanda. Se não, a recuperação das políticas sociais, trazendo mais poder de compra para a população pobre, levando ao aumento da demanda e, conseqüentemente, do investimento. Que m funciona na forma de incentivos econômicos, como um círculo virtuoso. De tal forma, de acordo com o princípio da demanda eficiente de Keynes, entende-se que a demanda cria a oferta.

Portanto, com base em preceitos pouco ortodoxos, os economistas não atribuem déficits da economia brasileira contra o problema do gasto excessivo. Em contrapartida, para eles, uma política fiscal restritiva prejudica a economia, especialmente para restrições ao investimento, garantindo um multiplicador claro para a economia. Para os grupos de economistas não ortodoxos, os déficits orçamentários são entendidos como uma questão de renda, ou seja, diminuição. Segundo Queiroz (2016), nos anos de 2014 e 2015, as principais receitas governamentais apresentam comportamento descendente. Desta forma, para minimizar o déficit público, as receitas públicas precisam ser aumentadas.

Após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a Ortodoxia mais uma vez entrou em cena. Em 1953, Friedman publica seu famoso artigo sobre Economia Positiva e economia normativa, de acordo com Friedman (1994).

Para Friedman (1994), uma teoria é relevante se faz boas previsões, com ideias sobre como ter um modelo próximo da realidade pode ser prejudicial à análise, pois não pode alcançar um alto nível ou grau de realismo e teorias gerais. Mais tarde, autores neoclássicos, segundo Belluzzo e Bastos (2016), mantêm o pressuposto de ortodoxia até então, crença em mercados com regulamentos mínimos.

Segundo Fernández (2011), pode ser visto como um dos problemas da Ortodoxia, era impossível prever a crise de 2008. Quase nenhum economista ortodoxo pode ter previsto isso. Embora a economia seja pouco ortodoxa, por muito tempo, defende a necessidade de regular o mercado e para muitos sua ausência é indicada como uma possível causa da crise.

Além da ortodoxia e superstição, outro termo muito utilizado pelos economistas é Tendência. Dequech (2007) define o mainstream como a abordagem atual em universidades e em revistas de prestígio, além de ganhar prêmios importantes. Ortodoxo e ortodoxo às vezes são sinônimos, no entanto, eles não são. Como vimos, a ortodoxia é baseada na economia neoclássica. Mas ao contrário, o mainstream é entendido como uma teoria ou pensamento amplamente aceito, Ortodoxa ou não. A confusão entre os termos pode ocorrer porque a Ortodoxia tem, de forma geral, amplamente aceita até hoje. É importante ressaltar que o mainstream da economia pode mudar ao longo do tempo.

Segundo Davis (2007), a tendência dominante da economia é a transformação. E se devido ao surgimento de novos programas de pesquisa, como a teoria dos jogos a economia evolutiva, economia comportamental e neuroeconomia, por exemplo. Portanto, a economia neoclássica será retirada da economia convencional e este espaço será ocupado para um novo programa de pesquisa, provavelmente não será muito diferente do Neoclássico.

Davis (2007) refere-se à transição da economia mainstream. Ele julgou que houve uma alternância entre uma agenda de pesquisa dominante e um período de pluralismo, democracia de ideias. Dada a existência de um programa de estudos amplamente aceito, sua condição de fragmentação, resultando na maioria das ideias,

facilitou o surgimento de uma nova abordagem dominante. O autor acredita que o período de dominação de ideias e pluralismo não é um fato da vida. Nesses breves conceitos de ortodoxia e superstição em economia, bem como da representação primária, seguida pelo fato de que a Ortodoxia é a visão dominante não sendo capaz de prever e compreender todos os fenômenos econômicos.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRICO DA INFLAÇÃO BRASILEIRA: 1930 A 2000

A história da economia brasileira mostra que o país apresentou, durante as seis décadas que se seguiram à eclosão da crise de 1929, uma taxa de crescimento especialmente alta - quase 6,0% ao ano, resultando em um aumento de 5 vezes na produção real per capita. E com isso, ele se viu elevado a dez maiores economias do mundo, juntamente com um grande setor agrícola e uma grande estrutura produtiva baseada em campos ditos "tradicionais", um complexo e moderno parque industrial. IBGE (1990)

De fato, a economia brasileira tem mostrado que, desde a Grande Depressão, comportamento não comum em outras regiões, aliar a dinâmica de crescimento com mudanças qualitativas produzirá uma economia industrial moderna, a integração econômica internacional. Esse processo dinâmico pode ser visto na perspectiva do crescimento e equilíbrio da produção rural/urbana, apesar de um intenso movimento migratório que transformaria o Brasil em um país predominantemente urbano. E, do ponto de vista das relações econômicas internacionais, o observador enfrenta o extraordinário fenômeno da transformação do Brasil, nas últimas duas décadas, de uma economia predominantemente exportadora para um país que exporta principalmente produtos industrializados.

Pode-se dizer que o período posterior a 30 da história econômica do Brasil será caracterizada por três grandes saltos qualitativos: a primeira é a consolidação da industrialização em meio à crise; a segunda está associada ao processo de modernização industrial da segunda metade da década de 1950; e terceiro, a transformação estrutural das exportações do país, as décadas de 70 e 80, com os produtos industrializados agora atendendo por cerca de três quartos do total de vendas no exterior. IBGE (1990)

É interessante observar que os momentos marcantes da economia brasileira, que tentamos delinear, não são explicados por fatores aleatórios, ou por "input" externo consciente, como pode ser definido em história econômica de muitos outros países. Caso contrário, em todos os tempos são marcados em

relação à economia brasileira, em base das transformações, as decisões internas abrem caminhos na busca de expansão econômica.

A produção agrícola e industrial do país vem crescendo há décadas. A população está crescendo em alta velocidade. O território virgem foi gradualmente conquistado e cada vez mais integrado à economia desenvolvida. Mas uma breve descrição de todo o processo histórico de transformações estruturais de caráter econômico e social não deve causar confusão, assumindo que o país passou por sucessivas fases de "maturidade" sem escrúpulos.

A retrospectiva da economia brasileira mostra que, de fato, muitos problemas e dificuldades da economia que o país enfrentou nas seis décadas desde a década de 1930. Os ciclos de desequilíbrio externo desempenham um papel importante, só podemos destacar a volatilidade dos preços, ou seja, a inflação descontrolada, como o fenômeno que marca o mais profundo e amargo da economia do país foi fortemente influenciado pelo longo ciclo de alta inflação iniciado na década de 1980, o que resistiu a todas as tentativas de estabilização. E esse é o assunto deste texto. Uma análise retrospectiva da inflação brasileira desde a década de 1930 — origens, reflexos, estabilização política, e os sucessos e fracassos da ação governamental voltada para a estabilidade. IBGE (1990)

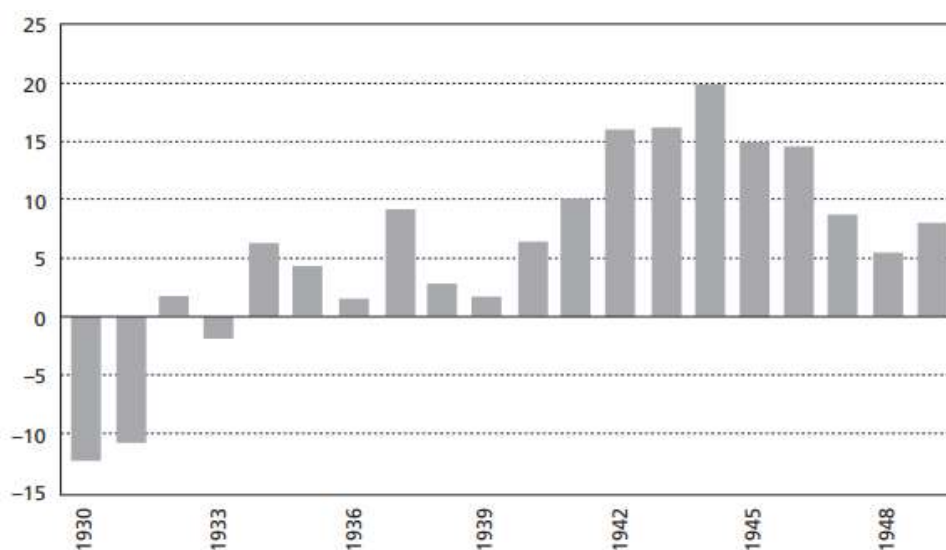
Tabela 1 - Variação da inflação anual - 1930 a 1980

Anos 30		Anos 40		Anos 50		Anos 60		Anos 70		Anos 80	
Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%
30	-12,3	40	6,7	50	12,4	60	30,5	70	19,3	80	110
31	-10,9	41	10,2	51	12,3	61	47,8	71	19,5	81	95
32	1,6	42	16,2	52	12,7	62	51,6	72	15,7	82	99
33	-2,0	43	16,6	53	20,6	63	79,9	73	15,6	83	211
34	6,3	44	20,6	54	25,8	64	92,1	74	26,9	84	223
35	4,8	45	14,9	55	12,2	65	34,3	75	29,3	85	235
36	1,6	46	14,6	56	24,5	66	39,1	76	46,3	86	65
37	9,4	47	9,0	57	7,0	67	25,0	77	38,8	87	15
38	3,2	48	5,9	58	24,4	68	25,4	78	40,7	88	1.037
39	2,0	49	8,1	59	39,4	69	19,3	79	77,3	89	1.782

Nota: (1) De 1930 a 1949 – Variação do Deflator Implícito do PIB. De 1950 a 1989 – Variação dezembro/dezembro do IGP-DI.

Fontes: *Estatísticas históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1550 a 1988. 2. ed.* Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 118 e 177. "25 anos de economia brasileira – estatísticas básicas". Avulso da revista *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 26, nov. 72, e diversos números mais recentes.

Gráfico 1 - % inflação



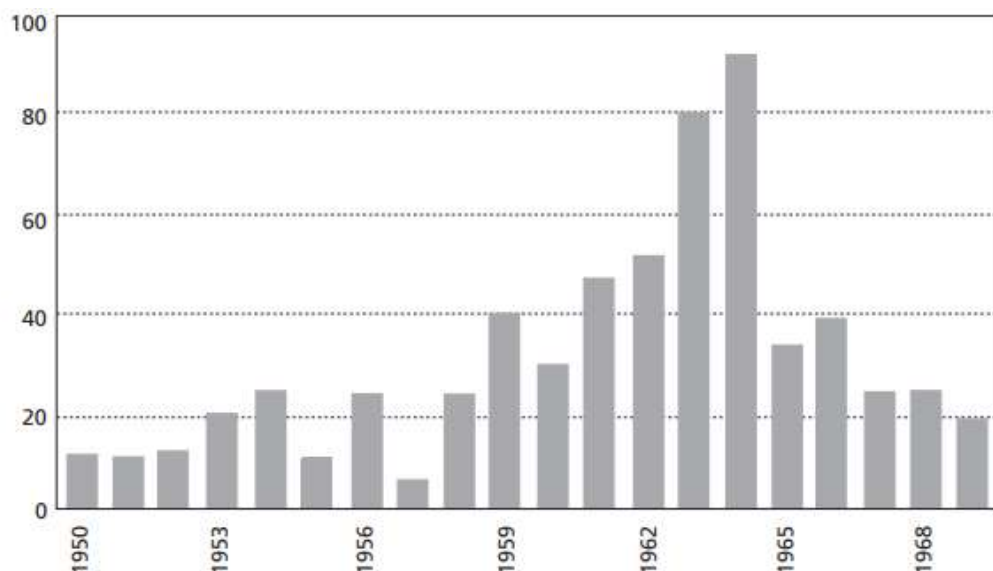
A década seguinte, a primeira metade da qual foi a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que a inflação explodiu, com os preços subindo 215,6% de 1940 e em 1949 (média de 12,2% ao ano) iniciou-se assim o período em que a taxa de inflação média anual era expressa em dois dígitos.

No entanto, a década que termina em 1949 deve ser vista em duas fases, cada uma têm características diferentes e opostas: pela primeira vez, até 1944, com tarifas de inflação alta e crescente, influenciada pelas consequências econômicas dos constrangimentos inerentes ao conflito mundial. Em 1945, com inflação moderada, o governo manteve os preços das moedas estrangeiras congelados, evitando assim os maiores efeitos internos do aumento dos preços das importações no pós-guerra. A década de 1950 viu um forte aumento da inflação, com um ganho acumulado de quase 460%, mais que o dobro da taxa de crescimento dos preços na última década. (FGV 1972)

A década de 1960 trará novas surpresas para aqueles que imaginam que os desequilíbrios cambiais da década de 1950 serão corrigidos em breve. Porém, o que tem se visto é um salto incomum na taxa de inflação, no início da década, quando a taxa de crescimento dos preços aumentou rapidamente, de pouco mais de 30% registrado em 1960 para mais de 90% nas flutuações de dezembro/dezembro na final de 1964. Portanto, as políticas de estabilidade baseada no controle de preços, o equilíbrio financeiro público e a queda dos salários reais produziram um declínio sustentado taxa de inflação, em 35/40%

em 1965-66, cerca de 25% em 1967-68, e cerca de 19% ao ano no final da década (conforme mostrado no gráfico abaixo), coincidiu com um período de extraordinário dinamismo econômico, começou em 1968, e é considerado um "milagre brasileiro". FGV (1972)

Gráfico 2 – 1950 a 1969



Fonte: FGV, 1974.

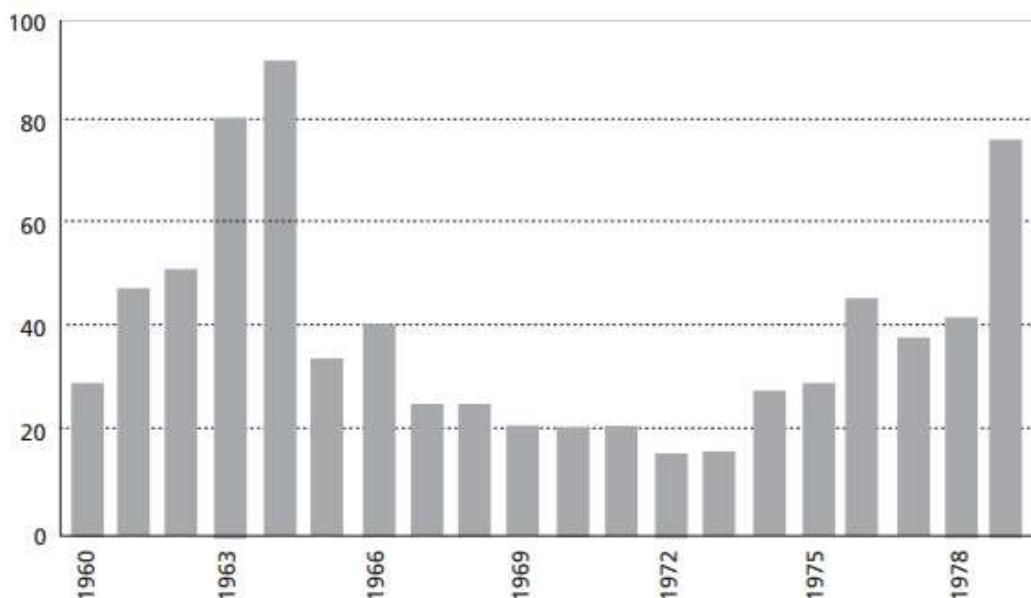
A década de 1970 começou com a economia brasileira mantendo um alto índice de crescimento de receita registrado desde 1968, e esse crescimento seria o pico da história do país. O que está acontecendo com a persistência? Desacelerando o ritmo de crescimento dos preços, dando a impressão de que o país acabará conseguindo combinar dinamismo econômico no médio e longo prazo com estabilidade monetária.

Mas já em 1973, a economia sentiu forte pressão sobre o nível de preços; e, apesar das diferenças entre os vários índices, a inflação é medida pela deflação implícita do PIB (que, em média, subestima, enquanto a inflação estava em alta, como vimos na época) superou 20%, muito mais do que o IGP-DI, que seria afetado apenas por efeitos nominais. A inflação atingirá então 45/50% ao ano, então no final da década é aproximadamente 80% (conforme tabela e gráfico abaixo), mostra a consolidação para um novo patamar. As esperanças foram levantadas no início da década em relação à manutenção.

O dinamismo da economia, com sua relativa estabilidade de preços, foi rapidamente apagado. Ao entrar na década de 1980, o Brasil acumulou uma longa experiência de instabilidade cambial é registrada na economia mundo pós-guerra; e, devido à alta taxa de inflação legado dos anos 1970, não é uma ilusão esperar que mais tarde o país possa de volta ao caminho estável. Mas não foi isso que aconteceu, porque de fato, os preços dispararam, apesar das medidas de contenção introduzidas em 1980 (prefixando a taxa de câmbio e ajustando a moeda, e introduzindo a redução das taxas de juro), chegando mesmo a em 1981 e 1982 a 100%; No ano de 1983-1985, a taxa de inflação duplicaria, ultrapassando 200% ao ano, iniciando assim o ciclo.

Inflação mensal expressa em números de dois dígitos. E depois de alguns testes estável (em 1986, 1987 e 1989), o Brasil, após entrar em uma faixa de inflação anual de 4 dígitos (com 1.037,6% para 12 meses de 1988), registraria, ao final de 1989, uma variação em torno de 1.800%, registrou inflação próxima de 50% em apenas um mês - dezembro de 1989. FGV (1974)

Gráfico 2 – inflação 1969 a 1979



Fonte: FGV, 1974.

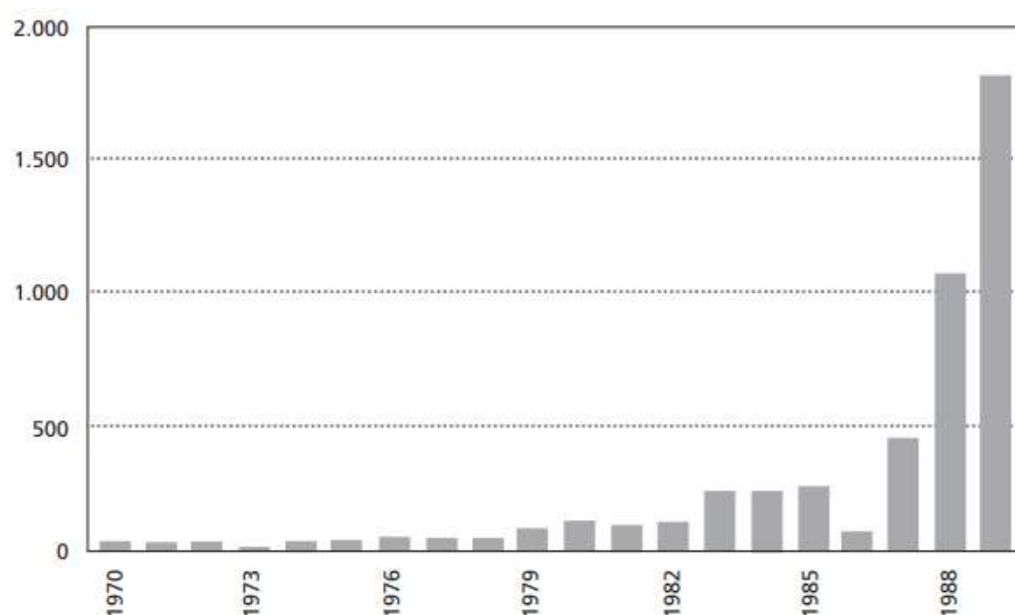
Tabela 2 – Inflação e PIB – 1930 a 1989

Quinquênio	Inflação – Var. (%)		PIB – Var. (%)	
	No quinquênio	Média anual	No quinquênio	Média anual
1930-34	(17,3)	(3,2)	19,5	3,6
1935-39	22,6	4,2	25,0	4,6
1940-44	92,1	14,0	18,0	3,4
1945-49	64,3	10,4	37,3	6,5
1950-54	115,8	16,6	35,7	6,3
1955-59	159,2	21,0	46,7	8,0
1960-64	910,5	58,8	31,7	5,7
1965-69	249,3	28,4	36,9	6,5
1970-74	142,0	19,3	67,0	10,8
1975-79	555,0	45,6	36,5	6,4
1980-84	8.153,4	141,7	6,6	1,3
1985-89	610.780,8	471,7	24,2	4,4

Fontes: *Estatísticas históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1500 a 1988*. 2. ed. Rio de Janeiro : IBGE, 1990, p. 101 e 118-9; *Conjuntura Econômica*, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, jan. 93, p. 53.

Assim, na análise deste capítulo, podemos ver que se o Brasil registra repetidos fracassos nas políticas adotadas em duas décadas com o objetivo de estabilizar o poder de compra do dinheiro. Se é uma consequência de deficiências da teoria econômica ou simples habilidade técnica para implementar programas de estabilização econômica.

Tabela 3 – Inflação 1970 a 1989



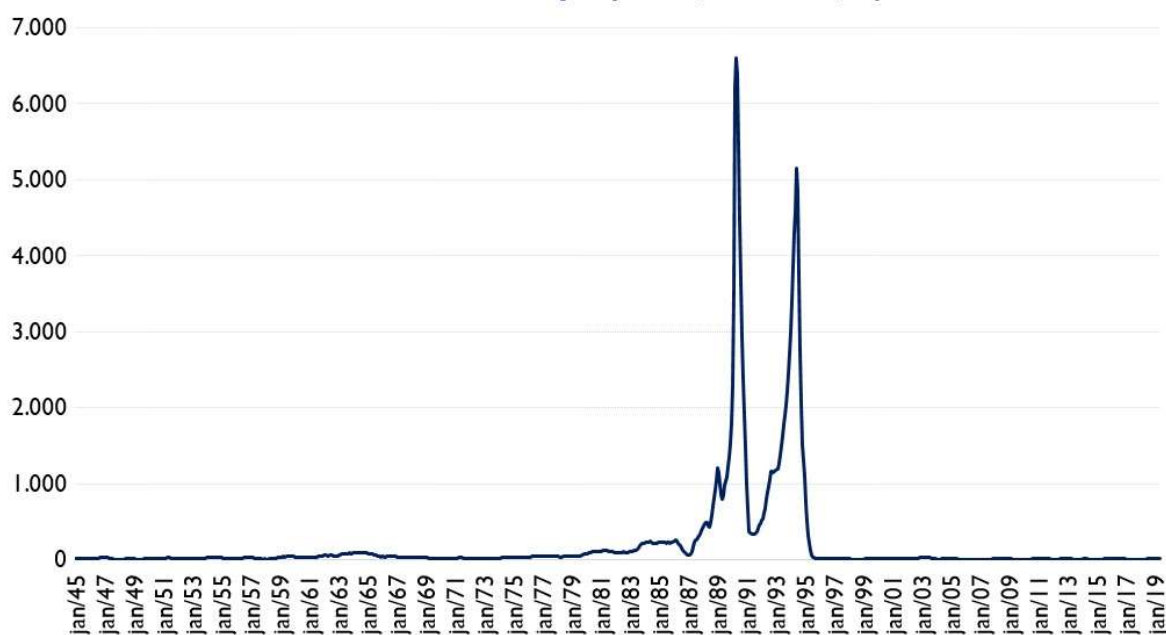
As tentativas de explicar o processo de inflação brasileira por meio de mais de meio século se passou desde que a crise da década de 1930 exigiu que analisar o fenômeno em cada um dos diferentes ciclos observados, e a política do governo para a estabilidade. essa é a única maneira em que se poderá investigar as possíveis causas para o fato de que em alguns ciclos de instabilidade cambial a intervenção governamental tenha sido bem-sucedida na eliminação de desequilíbrios, enquanto em outros - todos os programas que visam a estabilidade não só não tiveram sucesso, mas de alguma forma contribuíram no “pós-operatório” revela-se uma instabilidade ainda maior. FGV (1974)

A inflação alta tem sido um problema sério no Brasil há vários anos, com vários esquemas tentados (e sem sucesso). Segundo Giambiagi (2011), antes do Plano Real, havia cinco planos estáveis (decepcionantes):

Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991). O congelamento de preços é uma medida comum em alguns desses esquemas, mas não tem se mostrado eficaz no combate à inflação.

As causas da hiperinflação doméstica geralmente estão relacionadas ao aumento dos gastos públicos do governo militar, ao aumento da dívida externa, à crise global (aumento do preço do petróleo), à queda na taxa de crescimento do PIB, entre outros motivos. A Figura 1 mostra a inflação acumulada em 12 meses (IGP-DI, calculado pela FGV) desde a década de 1940, com pico de inflação de cerca de 7.000% no final da década de 1980 e 5.000% na década de 1990.

Gráf. 1: Taxa de Inflação (IGP-DI, 12 Meses, %)



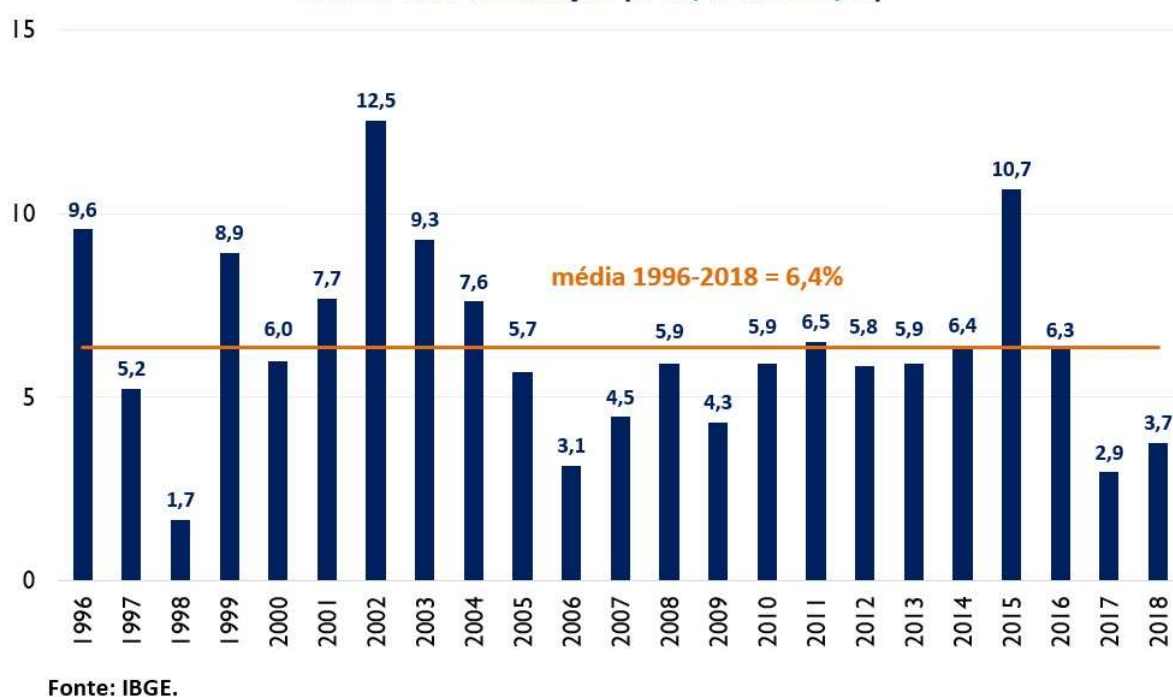
Fonte: FGV.

De acordo com o site do banco central, “O Plano Real é um processo de estabilização econômica que começou em 1993, e seu sucesso representa a destruição da espinha dorsal da inflação no Brasil”. Taxa de inflação oficial calculada pelo IBGE. Em junho de 1994, mês anterior ao início do Plano Real, a taxa de inflação acumulada em 12 meses era de quase 5.000%, caindo de 22,4% no final do ano (1995) para cerca de 30% um ano depois. O Gráfico 3 também mostra a inflação anual desde 1996. Foi mais baixo em 1998 (1,7%) e mais alto em 2002 (12,5%). O Plano Real está combatendo a inflação.

Gráf. 2: Taxa de Inflação (IPCA, 12 Meses, %)



Gráf. 3: Taxa de Inflação (IPCA, 12 Meses, %)



Segundo Castro (2011, pp. 159-60), "a estabilidade extrema foi muito melhor em 1994 do que na década de 1980, com liquidez internacional abundante e reservas elevadas (US\$ 40 bilhões).). na década de 1990." Ele acrescentou, "a estratégia da URV provou ser muito superior à estratégia de

baixar o índice por congelamento de preços. Este último provocou uma série de quedas de preços relativos, mas a URV estabeleceu um prazo para reajuste desses preços."

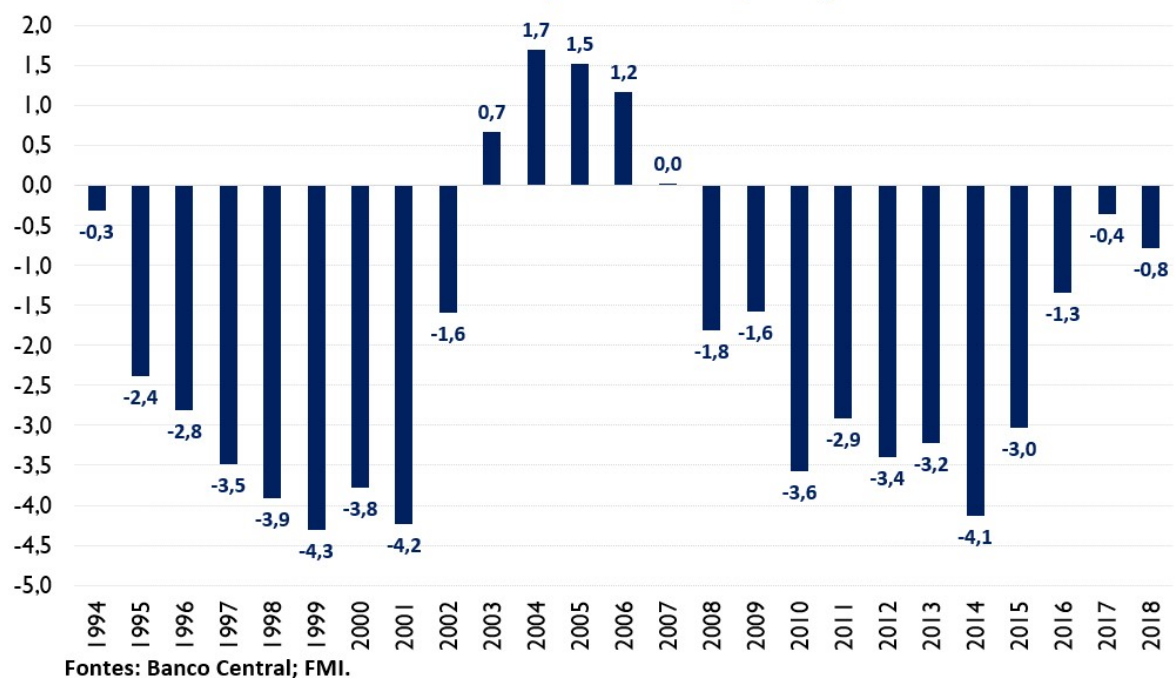
Para Giambiagi (2011, p. 168):

A taxa de variação homóloga dos preços diminuiu de forma constante de 1995 a 1998, ao contrário de antes, quando a inflação voltou a subir após alguns meses. É importante ressaltar que, juntamente com esse sucesso, a governança macroeconômica também revelou duas dimensões. Desequilíbrios externos crescentes e uma série de crises financeiras. Ainda, segundo o autor, "Três grandes crises abalaram os mercados financeiros internacionais entre o final de 1994 e 1998":

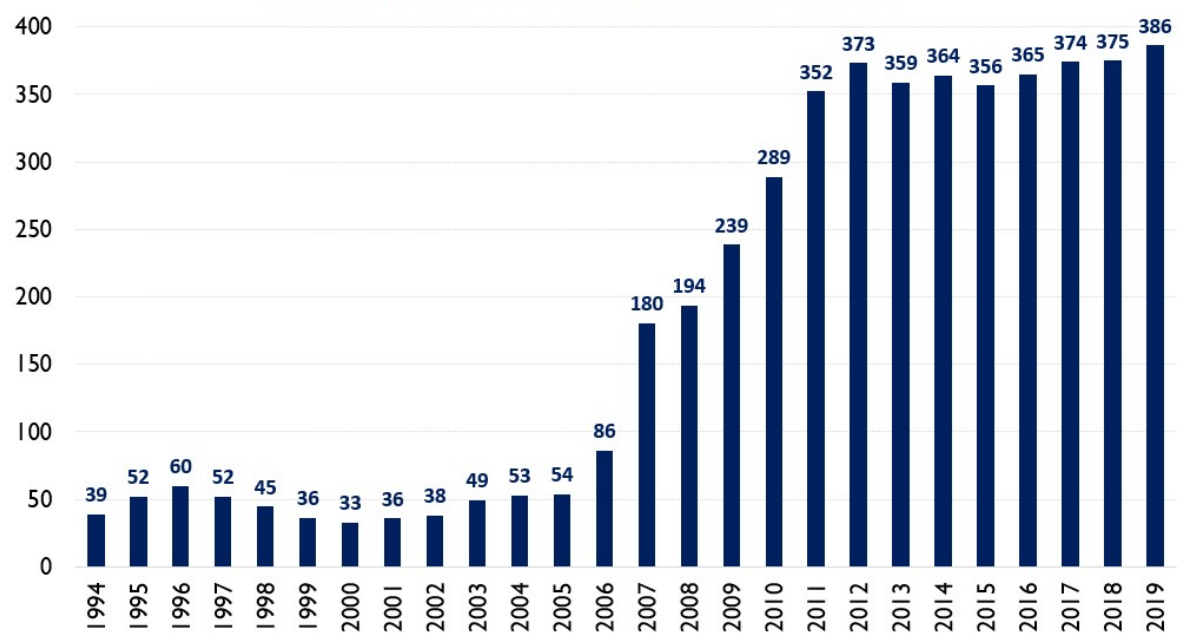
México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998) e "De todos esses países, o Brasil é o mais afetado pelo "efeito contágio". " (Giambiagi, 2011, p. 175

Para o setor externo, o déficit em conta corrente foi em média de 3,0% do PIB no período 1994-2002, teve superávit nos quatro anos intermediários (2003-2006) e voltou ao déficit após 11 anos. No entanto, o déficit foi de 4,1% em 2014 e de 0,8% no ano passado (Gráfico 4). As reservas cambiais (Gráfico 5) cresceram de US\$ 39 bilhões em 1994 para quase US\$ 400 bilhões hoje. Ou seja, as vulnerabilidades externas passadas do país que afetaram a economia durante as três crises internacionais (1994, 1997) e os primeiros anos do Plano Real de 1998 mudaram, e o Brasil está em uma posição muito melhor. Isso se deve principalmente à grande quantidade de reservas cambiais, o que é muito positivo para a economia.

Gráf. 4: Transações Correntes (% PIB)

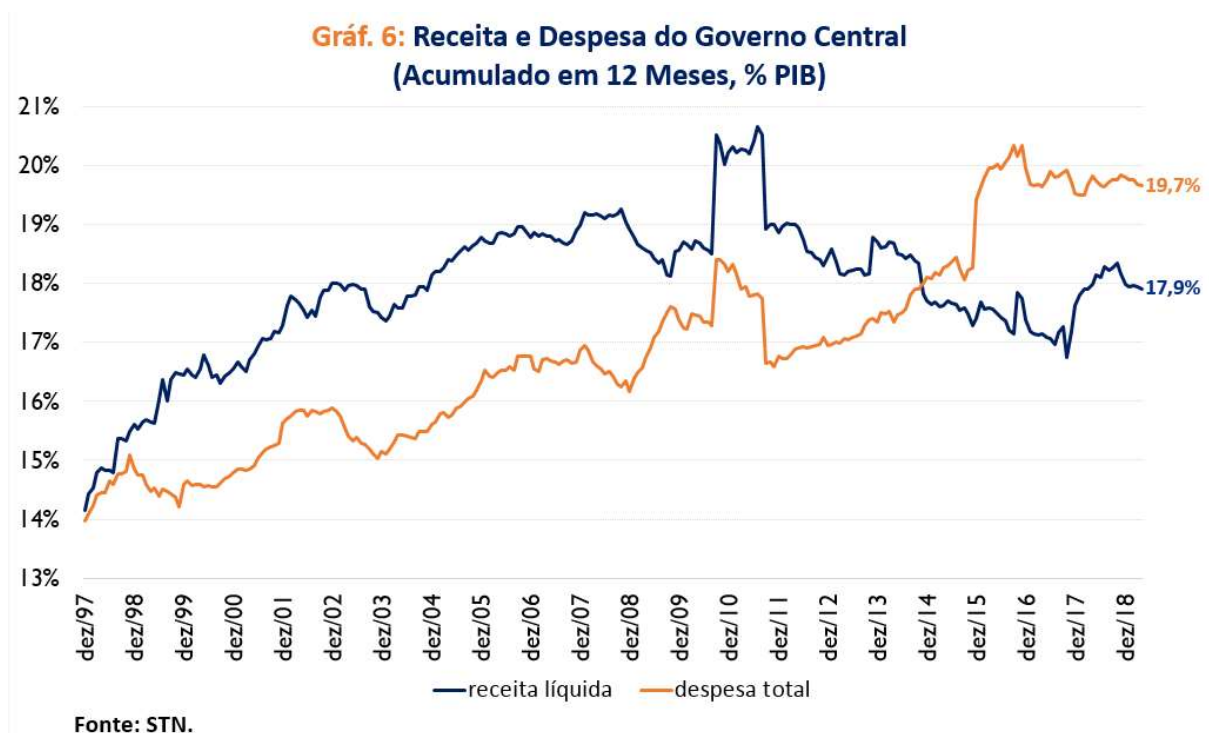


Gráf. 5: Reservas Internacionais (bilhões de US\$)*



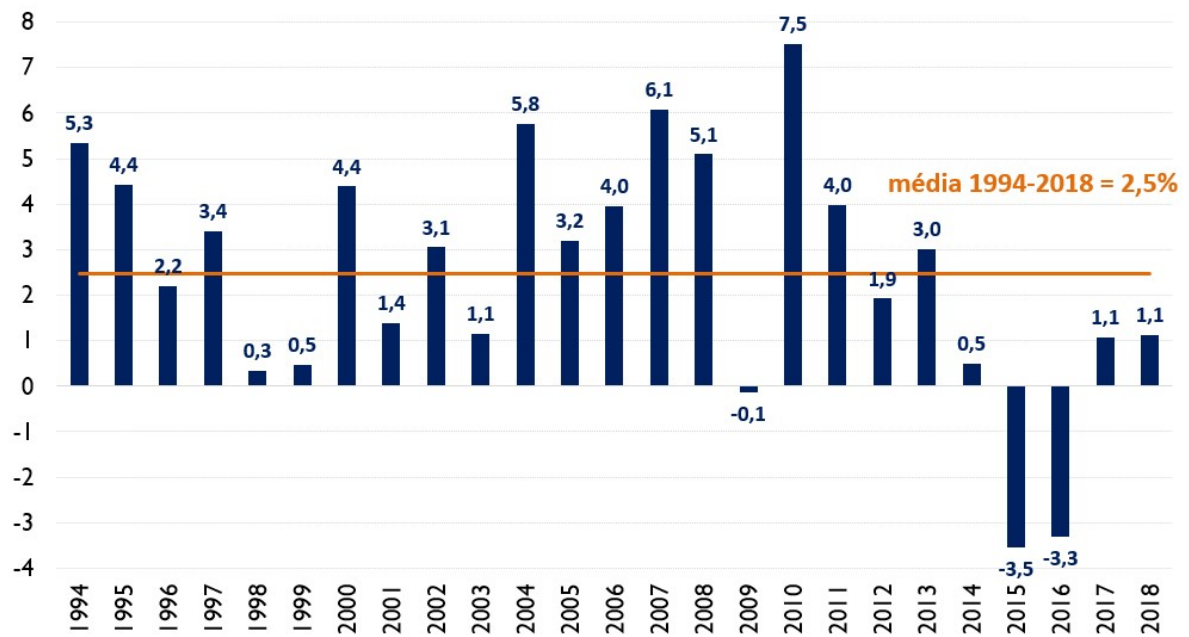
* 2019 = maio/19. Fonte: BCB.

O gráfico 6 mostra as receitas e despesas do estado. O benefício previdenciário do RGPS, por exemplo, cresceu de menos de 5% do PIB em 1997 para quase 9% hoje, o que representa 35% do gasto principal em 1997 e equivalente a quase 45% hoje. Daí a importância e a urgência da reforma previdenciária.



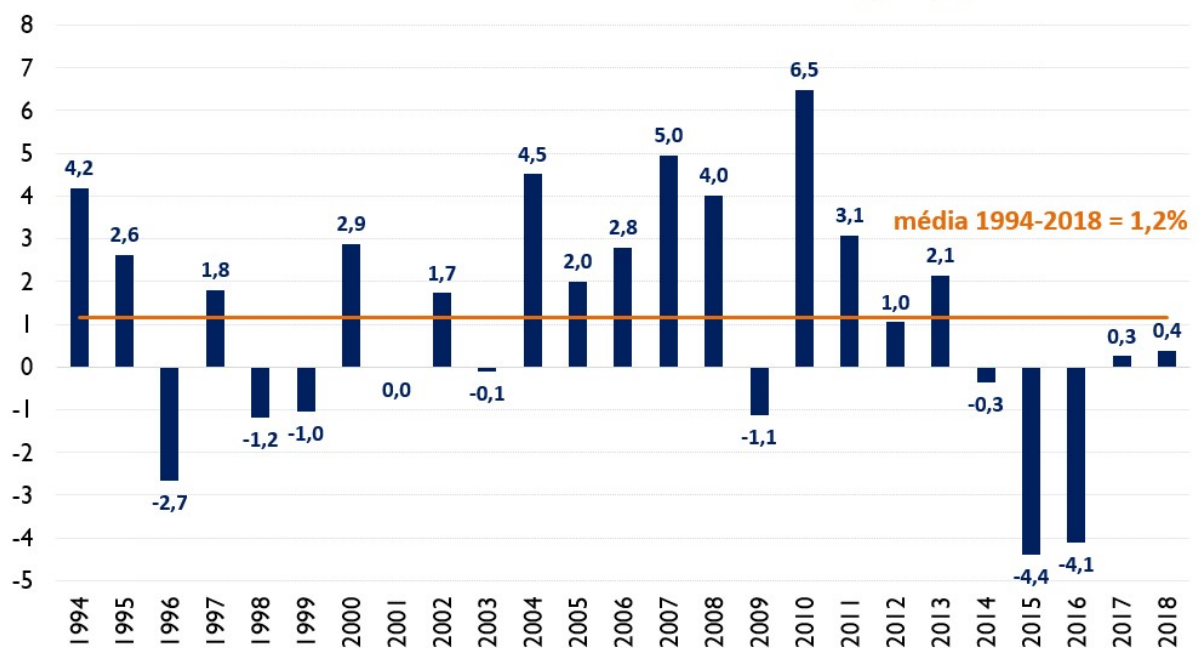
Durante os primeiros 25 anos do Plano Real (1994-2018), o PIB do Brasil cresceu a uma taxa média anual de 2,5% (Figura 7). Por outro lado, o PIB per capita é de 1,2%/ano (Gráfico 8) e a taxa média de investimento é de 18,4%. De acordo com o relatório, o crescimento do PIB no ano passado foi de 1,1% (o crescimento do PIB per capita foi de 0,4%), e a previsão de crescimento do PIB este ano é pior do que a média até agora. A publicação chamada Boletim Focus tem menos de 1,0% de participação de mercado. O índice de investimento no 1T19 foi de 15,5%, também abaixo da média do período e o menor nível em 50 anos. A taxa média de desemprego para o período 1996-2018 foi de quase 9%, inferior à taxa de desemprego atual (12,3%).

Gráf. 7: Taxas Reais de Crescimento do PIB (%)



Fonte: IBGE.

Gráf. 8: Taxas Reais de Crescimento do PIB Per Capita (%)



Fonte: IBGE.

A adoção das metas de inflação em 1999 também foi um marco importante na história econômica do Brasil. Segundo Giambiagi (2011, p. 187), após o binômio privatização/abertura no início da década de 1990, houve dois desequilíbrios principais (externo e bancário) além da estabilização da inflação

pelo Plano Real. Até 1998, sempre que o Brasil passava por uma grande crise, a impressão de que uma crise aguardava o país / era uma barreira para as decisões de investimento.

As medidas de 1999 permitiram ao país abordar cada uma das seguintes questões: O BC negocia produtos de taxa de juros quando a inflação é uma preocupação. Em uma crise da BP, a taxa de câmbio se ajustará e o saldo em conta corrente melhorará. À medida que a dívida aumenta, o superávit subjacente deve ser "corrigido". O resultado é um elemento para abordar os principais desequilíbrios macroeconômicos como um todo.

Até então, os governos muitas vezes criavam vários desequilíbrios, mas a partir de 1999, equilibrando novos instrumentos, os governos enfrentaram todos os desafios e alcançaram inflação, política externa e gestão fiscal baixas e equilibradas. Durante os vinte anos de implementação das metas de inflação (1999-2018), a taxa básica de juros (Selic) caiu de 17% na média da primeira década para 10% na média da segunda década. Desde março de 2018, está em um mínimo histórico (6,5%).

Gráf. 9: Taxa Nominal de Câmbio (R\$ / US\$)



Fonte: Banco Central.

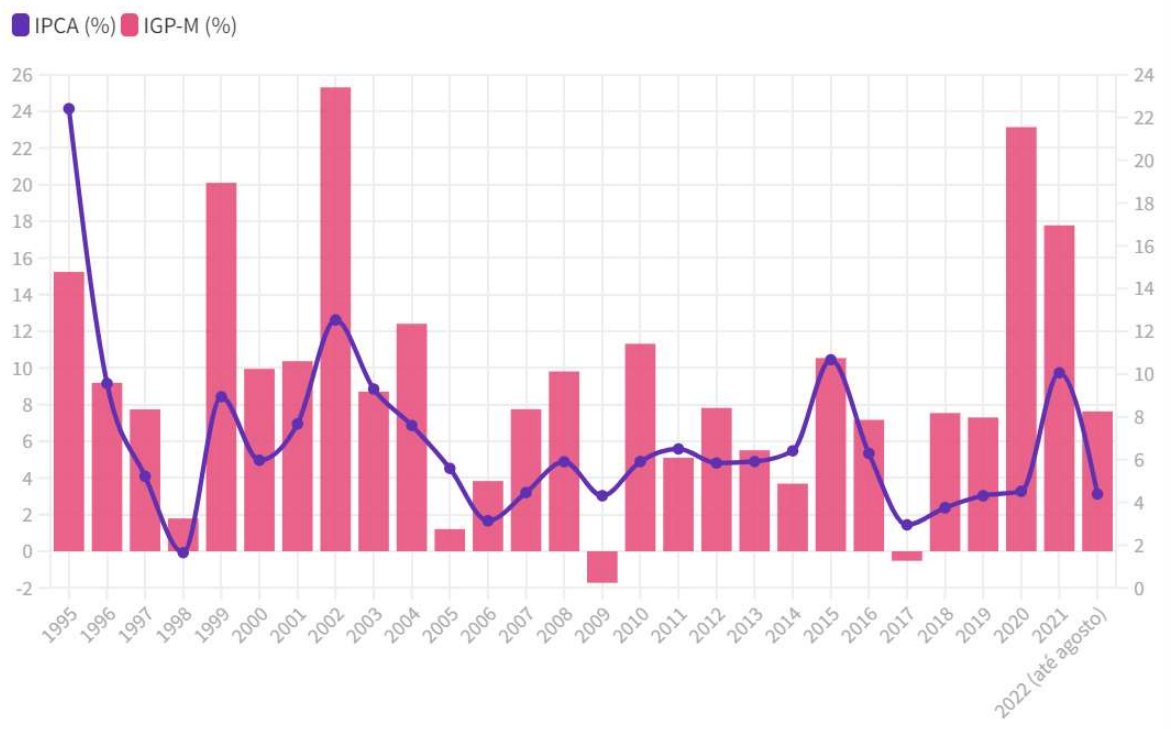
Assim, segundo o banco central, “uma inflação baixa, estável e previsível beneficiaria mais a sociedade. A economia pode crescer ainda mais porque não a vimos secar.” Isso só aconteceu graças ao planejamento real, há 25 anos! Os anos seguintes trouxeram melhorias nas políticas sociais e nos indicadores sociais. Segundo Giambiagi (2011, p. 229), vários indicadores sociais e genéticos melhoraram significativamente depois que a economia brasileira se estabilizou em 1994. Esses resultados aumentaram na década de 2000 da seguinte forma: B. Fechar a lacuna entre os mais ricos e os mais pobres. Melhorias de Gini e IDH.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE: INFLAÇÃO ACUMULADA DE 2000 A 2020 E AVALIAÇÃO ANALÍTICA DO PLANO DE METAS DE INFLAÇÃO

A taxa de inflação acumulada nada mais é do que a taxa de inflação para um período específico. Os parâmetros podem mudar. Por exemplo, é válido por 1 ano, como no caso do aumento de 2.477% alcançado em 1993, ou 24 anos para inflação acumulada acima de 400 de 1994 a 2018.

Abaixo está um gráfico comparando os dados anuais do IPCA, a medida oficial de inflação no Brasil, e o IGPM, outro indicador importante para a economia brasileira.

Gráfico 10 – Variação anual



Fonte: IBGE, 2022.

Tabela 4 – Inflação acumulada

Ano	IPCA (%)	Meta de inflação (%)
2021	10,06	3,75
2020	4,52	4,00
2019	4,31	4,25
2018	3,75	4,5
2017	2,95	4,5
2016	6,29	4,5
2015	10,67	4,5
2014	6,41	4,5
2013	5,91	4,5
2012	5,84	4,5
2011	6,50	4,5
2010	5,91	4,5
2009	4,31	4,5
2008	5,90	4,5
2007	4,46	4,5
2006	3,14	4,5
2005	5,69	4,5
2004	7,60	5,5
2003	9,30	8,5
2002	12,53	3,5
2001	7,67	4,0
2000	5,97	6,0
1999	8,94	8,0

Fonte: IBGE, 2022/ Elaboração própria.

A inflação permaneceu dentro da meta durante a maior parte do período. Além disso, o sistema de segmentação da mesma contribui para melhora a transparência adicionado ao compromisso da autoridade monetária com a inflação, de acordo com o Banco Central (2021): O regime de metas de inflação tem sido bem-sucedido no Brasil. O sistema nos permitiu manter a inflação em um determinado nível relativamente baixo. A inflação permaneceu dentro da meta a maior parte do tempo.

Contudo, vários autores têm criticado o regime de focalização no Brasil. A desvantagem explicada pelos teóricos é que um regime de objetivos e pressupostos teóricos. como tratar a inflação sempre como uma demanda, o uso da taxa de juros como ferramenta principal. A política monetária e a subutilização das regras estabelecidas têm sido criticadas na Implementação de um sistema de metas no Brasil.

No contexto da saída da crise da financeira de 1998 foi elaborado O PLANO DE METAS DE INFLAÇÃO em 21 de junho de 1999, por meio do Decreto nº 3.088 e Resolução nº 2.614, o governo brasileiro adotou um regime de metas de inflação. Estabeleça uma meta de responsabilidade do Conselho Monetário Nacional (CMN), proposto pelo Ministro de finanças. CMN inclui Ministro da Fazenda, Ministro da Fazenda Planejado e pelo Presidente do Banco Central.

Ao estabelecer metas, o Banco Central irá perseguir e atingir a meta. Para isso, é utilizada como ferramenta para a taxa básica de juros da economia, a taxa Selic. O Comitê de Política Monetária (Copom) apura a taxa Selic, levando em conta a meta da taxa de inflação fixada pelo CMN. O Copom foi fundado pelo presidente do Banco Central, onde são realizadas reuniões a cada 45 dias, e suas atas são tornadas públicas. Dessa forma, o Banco Central atua no mercado de ações livre para orientar as taxas de juros fixadas na reunião do Copom e para atingir a meta de inflação.

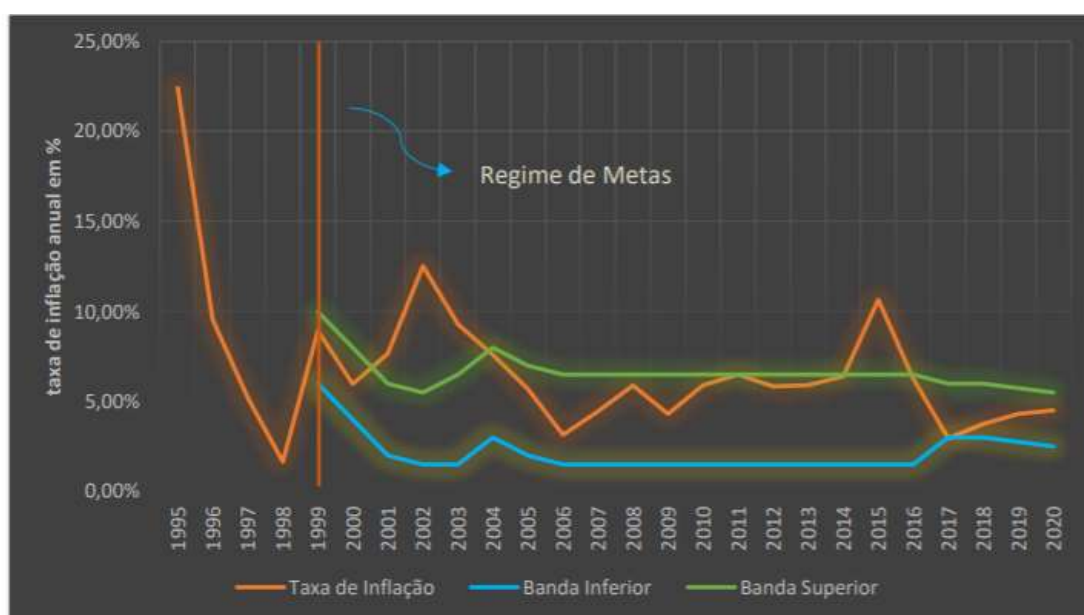
O período selecionado é anual, ou seja, a meta de inflação deve ser alcançada em um ano. A meta é determinada até 30 de junho do ano anterior. O índice de inflação utilizado é o IPCA, o índice completo. Para o intervalo da meta,

a taxa de inflação pode variar dentro de um intervalo, um intervalo com limites inferior e superior.

Caso a meta de inflação não seja atingida, o Presidente do Banco Central é responsável por escrever uma carta explicativa ao Ministro das Finanças. O corpo desta carta deve incluir porque o alvo não é alcançado, medidas serão tomadas pelo Banco Central para direcionar a meta de inflação e a duração efetiva das medidas.

Considerando toda a vida útil do sistema alvo, a taxa média de inflação, de 1999 a 2020, é de 6,3%, muito abaixo dos níveis históricos. As décadas de 1990, 1980, 1970 e 1960. Durante a vigência do plano de metas, a taxa de inflação flutuou, mas a maior parte permaneceu dentro da meta estabelecida. O gráfico abaixo mostra a trajetória da inflação no período de 1995 a 2020:

Gráfico 11 – Taxa de inflação anual – 1995-2020



Fonte: Elaboração própria com dados do IPEA DATA e Banco Central do Brasil

De 1995 a 1998, a taxa média de inflação foi de 9,71%. A taxa de inflação média nos anos de 2000 e 2010 foi de 6,66,85%, respectivamente, mostrando que a taxa de inflação média está diminuindo gradativamente nos próximos anos em comparação com o período posterior ao Plano Real e com a primeira década posterior.

A maior taxa de inflação registrada desde a implementação do plano de metas, foi em 2002, com uma taxa de 12,53% a menor taxa em 2017, registrou 2,95%. A taxa média de metas cruzadas é de cerca de 4,45%. Os primeiros anos são o maior centro de gols, apresentando variação até 2005, quando foi fixada a meta de 4,5%, inalterada até 2018. O centro alvo mais alto é 1999, com uma taxa de 8% a meta mais baixa é de 3,5% em 2002. O intervalo de confiança varia entre o valor de 1,5-5%. A tabela abaixo mostra o histórico das metas de inflação para o período 1999-2024.

Tabela 5 – Metas de inflação – 1999-2024

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
META	8,00%	6,00%	4,00%	3,50%	4,00%	5,50%	4,50%
INTERVALO	6%-10%	4%-8%	2%-6%	1,5%-5,5%	1,5%-6,5%	3%-8%	2%-7%
INFLAÇÃO EFETIVA	8,94%	5,97%	7,67%	12,53%	9,30%	7,60%	5,69%
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
META	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
INTERVALO	1,5%-6,5%	1,5%-6,5%	1,5%-6,5%	1,5%-6,5%	1,5%-6,5%	1,5%-6,5%	1,5%-6,5%
INFLAÇÃO EFETIVA	3,14%	4,46%	5,90%	4,31%	5,91%	6,50%	5,84%
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
META	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,25%
INTERVALO	1,5%-6,5%	1,5%-6,5%	1,5%-6,5%	1,5%-6,5%	3%-6%	3%-6%	2,75%-5,75%
INFLAÇÃO EFETIVA	5,91%	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,75%	4,31%
	2020	2021	2022	2023	2024		
META	4,00%	3,75%	3,50%	3,25%	3,00%		
INTERVALO	2,5%-5,5%	2,25%-5,25%	2%-5%	1,75%-4,75%	1,5%-4,5%		
INFLAÇÃO EFETIVA	4,52%	-	-	-	-		

Fonte: Banco Central do Brasil.

Após três anos consecutivos de não cumprimento da meta, a partir de 2001 até 2003, a inflação voltou ao intervalo da meta em 2004. No período 2004 - 2014, a meta foi atingida, em que o foco da meta é de 4,5% para quase todo o período, que durou até 2018. Particularmente em 2004, essa taxa é de 5,5%. Em 2015, a taxa de inflação registrada foi de 10,67%, na meta de 4,5% com uma faixa de tolerância de 2,00%. Depois de 11 anos, o presidente do Banco Central teve que escrever uma nova carta explicativa. Novamente, os mesmos motivos das cartas dos anos 2000, onde o principal argumento é o aumento dos preços administrados (Banco Central do Brasil, 2015 - Carta Aberta)

O único ano em que a taxa de inflação ficou abaixo da meta foi 2017. Da mesma forma, uma carta de explicação deve ser emitida quando a inflação

exceder o limite superior do intervalo, uma carta de explicação deve ser emitida quando a taxa de inflação estiver abaixo do limite inferior. A meta de inflação é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5%, mas taxa de inflação de 2,95%. Portanto, a carta de 2017 descreve que o principal motivo do resultado. O aumento da oferta fez com que a inflação não atingisse a meta, conforme o acordo com a carta aberta de 2017 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017):

A inflação medida pelo IPCA está um pouco abaixo do limite inferior ao intervalo de tolerância alvo devido à deflação nos preços dos alimentos. A inflação do subgrupo de alimentos em domicílios, acumulado em doze meses, após atingir 16,79D44 em agosto de 2016 e encerrar 2016 em 9,36%, encerrando 2017 com deflação -4,85%.

Nos anos de 2000 e 2010, a taxa de inflação respectivamente 9,71%, 6,66,85, indicando que a taxa de inflação diminuiu com o tempo. Os únicos anos em que a taxa de inflação está fora do intervalo da meta são 2001, 2002, 2003, 2015 e 2017. As explicações passam pelos fatores que afetam diminuir a taxa de câmbio e aumentar o preço operacional. Deve-se notar que o único ano em que a taxa de inflação ficou abaixo do limite inferior de inflação em 2017.

Com a utilização do sistema de metas, o Brasil utiliza altas taxas de juros, maior do que internacionalmente, para controlar a inflação. O objetivo é atrair investimento estrangeiro, para apreciar a taxa de câmbio, no entanto, a taxa de câmbio é alta, as taxas de juros aumentam a dívida pública. Em segundo lugar, Couto et al (2010, p. 94) coloca que a taxa básica de juros, Selic, é determinado pelo Copom, para combater a inflação é a mesma taxa. Além de refletir o custo das reservas bancárias, também é utilizado como pagamento antecipado de parcela mobiliária da dívida pública brasileira, tendo o aumento das taxas de juros aumenta imediatamente o custo da dívida pública.

Outro ponto a ser discutido é a rigidez do sistema alvo, onde tolerâncias e intervalos de tempo muito estreitos. Esses fatores também contribuíram para obrigar o Banco Central a aumentar as taxas de juros visando atingir o objetivo. Segundo Strachman (2013), altas taxas de juros podem envolvendo os interesses do setor financeiro, em detrimento de investimentos reais na economia, resultando em baixos níveis de atividade econômica, baixo PIB e taxa

de desemprego aumentou. O autor afirma ainda que existem objetivos devem ser apropriados na escolha de políticas econômicas de curto prazo, sendo que a longo prazo (crescimento e emprego) e a longo prazo (desenvolvimento econômico).

Sicsú (2002), descreve que a adoção pelo governo do regime de metas é precipitado, porque os debates sobre a teoria e suas suposições não foram feitas corretamente, o que ocorre e que é considerado incorreto devido ao regime de metas de inflação não conseguiu demonstrar a capacidade de causar um efeito de queda da taxa de inflação. Além disso, a política monetária é usada em demasia, o que pode funcionar como maneiras de atingir outros objetivos, como crescimento econômico e redução de taxas desemprego.

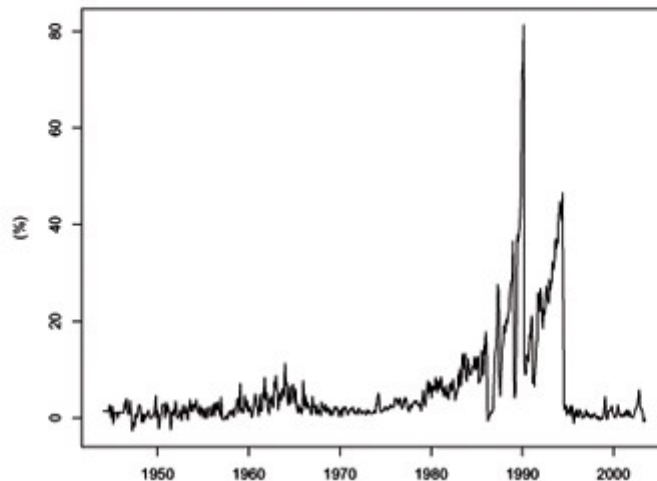
Portanto, pode-se concluir que o regime de metas de inflação foi concluído o papel de manter a inflação dentro de uma meta predeterminada do governo. Há evidências, tanto no Brasil quanto nos países analisados, de que a inflação caiu e a taxa de inflação ainda está dentro da meta. No entanto, há controvérsia sobre sua eficácia, onde os autores descrevem que a política macroeconômica é subutilizada e que o regime de metas pode ser um limites, entre outros pontos foram apresentados. No Brasil, há 21 anos o uso do modo de metas, a taxa de inflação em 16 vezes é do alvo. Assim, o plano de metas é considerado bem sucedido em seu objetivo.

Ao realizarmos a análise da inflação na economia Brasileira utilizamos a série analítica composta por 713 observações do índice mensal de preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV), IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), abrangendo o período de fevereiro de 1944 a junho de 2003.

Essa sequência é marcada pelo forte crescimento a partir do início da década de 1980 que empurrou o país para a hiperinflação em 1989, conforme mostra a Figura 1 abaixo. Desde 1979, a história econômica do Brasil tem sido marcada por uma súbita intervenção governamental para conter a inflação. No entanto, alguns desses sistemas de choque não atingem os efeitos pretendidos mesmo no curto prazo e, portanto, não reduzem os níveis de taxas de juros e, portanto, não introduzem anomalias significativas na cadeia. Portanto, o

potencial. Analisamos a inércia da inflação brasileira diante dos fatores. e Real (desde junho de 1994).

Figura 1
Inflação no Brasil de acordo com o IGP-DI, fevereiro de 1944 a junho de 2003



A estratégia aplicada é computar, e para amostras com ou sem observações latentes:

BR1) Em 1944 a 2003: 06.713 avistamentos;

BR2) Em 1944: Fevereiro a 1985: 12.503 avistamentos;

BR3) Em 1980: 01 a 1989: 12.120 observações;

BR4) Em 1980: 01 a 1993: 12.168 avistamentos;

BR5) Em 1994: 01 a 2003: 06.114 avistamentos;

BR6) Em 1994: Agosto a 2003: 06, 107 avistamentos.

A amostra BR1 é a sequência completa contendo todas as observações disponíveis. O primeiro grande golpe para o Brasil foi o projeto Cruzado em março de 1986, de modo que o modelo BR2 não incluía nenhum elemento. O modelo BR3 responde pelo crescimento da inflação durante a década de 1980 e termina antes da implantação do Plano Collor I. O BR4 também começa em 1980, mas inclui a influência de todos os planos anteriores. O plano atual será

concluído antes da implementação. Os modelos BR5 e BR6 incluem os efeitos do Plano Real. A diferença entre elas é que a linha BR5 tem 7 vezes mais observações que a linha BR6. Essas observações divergem de 24,7% e referem-se a taxas mensais de inflação de janeiro a julho de 1994. Tais observações não são consideradas outliers na amostra BR5, mas são observações contraditórias, uma vez que a maior taxa desde agosto de 1994 foi de 4,4. % em fevereiro de 1999, mas consistentemente abaixo de 3% em outros meses.

Para a amostra BR1 (Fig. 2), θ diminui com valores crescentes de k e, como esperado, exibe valores muito semelhantes que são quase sempre os mesmos. Para $k = 2$ e $k = 3$, essas medidas indicam que ocorreu o efeito máximo do choque, mas as estimativas foram em $k = 84$ (ou seja, 84 meses ou 7 anos após o choque). O primeiro é 0,16. Com base nesse resultado, Campelo e Cribari-Neto (2003) constataam que a inércia da dinâmica da inflação brasileira é quadrática, contrariando as conclusões de Cati et al.(1999). Campelo e Cribari-Neto (2003) constataram que no início de 1999, uma desvalorização repentina e brutal da moeda brasileira fez com que a inflação passasse de 1,2% em janeiro para 4,4% no mês seguinte, e caísse para cerca de zero em abril.

Medidas de Persistência para Inflação no Brasil

Amostra	k	V1 _k	V2 _k	R1 _k	R2 _k	S1 _k	S2 _k
(BR1) 1944:02 a 2003:06	2	1.00	1.00	1.13	1.14	0.92	0.92
	3	0.99	0.99	1.24	1.25	0.85	0.83
	4	0.89	0.89	1.33	1.34	0.82	0.78
	5	0.80	0.80	1.41	1.43	0.82	0.76
	6	0.73	0.73	1.48	1.51	0.81	0.73
	12	0.46	0.46	1.86	1.91	0.83	0.66
	18	0.36	0.36	2.13	2.20	0.94	0.69
	24	0.30	0.30	2.40	2.48	1.07	0.73
	30	0.26	0.26	2.67	2.78	1.19	0.78
	36	0.23	0.23	2.95	3.09	1.30	0.82
	42	0.20	0.20	3.17	3.34	1.39	0.87
	48	0.15	0.15	3.35	3.55	1.47	0.92
	54	0.16	0.16	3.52	3.76	1.54	0.96
	60	0.17	0.17	3.69	3.97	1.62	1.01
	66	0.17	0.16	3.81	4.13	1.71	1.05
	72	0.16	0.16	3.89	4.26	1.79	1.08
	78	0.16	0.16	3.93	4.34	1.87	1.10
	84	0.16	0.16	3.94	4.39	1.95	1.11
(BR2) 1944:02 a 1985:12	2	0.67	0.67	1.18	1.19	0.86	0.85
	3	0.46	0.46	1.35	1.35	0.75	0.73
	4	0.40	0.39	1.45	1.44	0.71	0.68
	5	0.34	0.34	1.54	1.53	0.69	0.65
	6	0.28	0.27	1.62	1.60	0.69	0.63
	12	0.14	0.13	2.09	2.05	0.71	0.60
	18	0.12	0.11	2.53	2.49	0.82	0.65
	24	0.10	0.09	2.92	2.87	0.91	0.68
	30	0.09	0.08	3.25	3.22	0.98	0.70
	36	0.07	0.06	3.49	3.46	1.04	0.71
	42	0.08	0.06	3.68	3.66	1.09	0.71
	48	0.07	0.06	3.80	3.80	1.14	0.71
	54	0.08	0.06	3.85	3.86	1.18	0.70
	60	0.07	0.05	3.87	3.89	1.22	0.68
	66	0.08	0.05	3.82	3.85	1.27	0.67
	72	0.08	0.05	3.73	3.76	1.31	0.67
	78	0.08	0.05	3.58	3.63	1.37	0.68
	84	0.08	0.05	3.41	3.47	1.42	0.68
(BR3) 1980:01 a 1989:12	2	1.19	1.19	1.15	1.16	1.00	0.93
	3	1.18	1.16	1.23	1.21	0.99	0.84
	4	1.10	1.08	1.35	1.32	1.00	0.87
	5	0.97	0.94	1.46	1.42	1.01	0.88
	6	0.87	0.84	1.54	1.52	1.03	0.89
	12	0.60	0.31	2.06	2.07	1.43	1.08
	18	0.51	0.24	2.36	2.32	1.81	1.27
	24	0.61	0.32	2.32	2.28	2.12	1.41
	30	0.58	0.21	2.50	2.44	2.37	1.49
	36	0.65	0.26	2.61	2.54	2.66	1.50
	42	0.73	0.25	2.72	2.63	2.69	1.32
	2	1.00	1.00	1.12	1.12	0.97	0.91
	3	1.00	1.00	1.25	1.24	0.96	0.86
	4	0.88	0.88	1.32	1.30	0.98	0.84
	5	0.77	0.77	1.38	1.35	1.01	0.84
	6	0.68	0.68	1.41	1.37	1.00	0.79
(BR4) 1980:01 a 1993:12	12	0.39	0.39	1.67	1.67	1.23	0.76
	18	0.29	0.29	1.87	1.84	1.53	0.78
	24	0.24	0.23	1.77	1.66	1.91	0.83
	30	0.21	0.20	1.55	1.36	2.37	0.91
	36	0.19	0.16	1.39	1.16	2.80	0.96
	42	0.17	0.14	1.32	1.09	3.22	1.00
	2	1.33	1.33	1.05	1.05	1.00	1.06
	3	1.38	1.37	1.15	1.16	0.93	1.08
(BR5) 1994:01 a 2003:06	4	1.42	1.42	1.19	1.20	0.90	1.14
	5	1.47	1.47	1.20	1.20	0.89	1.16
	6	1.50	1.49	1.21	1.21	0.84	1.16
	12	1.54	0.93	1.17	1.11	0.48	0.86
	18	1.65	0.76	1.11	1.01	0.41	0.96
	24	1.75	0.68	0.95	0.88	0.39	1.16
	30	1.86	0.69	0.89	0.85	0.39	1.21
	2	0.84	0.83	1.15	1.15	1.01	0.92
(BR6) 1994:08 a 2003:06	3	0.69	0.67	1.11	1.12	0.95	0.81
	4	0.58	0.55	1.05	1.08	0.91	0.76
	5	0.53	0.48	1.02	1.06	0.87	0.75
	6	0.51	0.45	0.98	1.05	0.81	0.70
	12	0.33	0.20	0.89	0.95	0.47	0.47
	18	0.27	0.15	0.82	0.90	0.38	0.33
	24	0.25	0.14	0.66	0.74	0.37	0.24
	30	0.24	0.14	0.55	0.63	0.38	0.19

Os resultados da versão robusta da razão de variância não coincidem com os obtidos com a razão de variância tradicional. Ela aumenta significativamente com o aumento de k e exibe um comportamento explosivo na dinâmica da inflação. $\lambda = 3,94$ e $\lambda = 4,39$. Os valores de λ para $k > 6$ aumentam com o aumento de k e não são explosivos, mas $\lambda = 1,95$ e $\lambda = 1,11$, este último indicando inércia total. Esses resultados podem ser explicados por uma série de comportamentos de janeiro de 1993 a junho de 1994. Isso ocorre aproximadamente 84 meses após a implementação do programa Cruzado. A inflação nesses meses foi alta, não afetada pelas intervenções do programa de emergência (junho de 1993), e quase sempre subindo. A partir de agosto de 1994, o Plano Real impôs um novo ritmo ao processo e reduziu os juros. A inflação apresentou um comportamento inercial nesse período. A inflação continua alta, evidenciada por fortes indicadores baseados em sinais.

Para a série BR2 encurtada, os resultados para todas as versões mostram uma inércia consistentemente menor do que as respectivas estimativas obtidas para a série completa. $\lambda = 0,08$ (metade do valor encontrado na amostra BR1) e $\lambda = 0,05$. Os resultados mostram que a taxa de inflação do Brasil seguiu uma dinâmica de inflação quase estacionária até o início de 1986, quando o primeiro plano de choque foi implementado. O plano da Cruzado pode, portanto, ser baseado em um diagnóstico errôneo da inflação brasileira. Por outro lado, $\lambda = 0,68$ indica inércia moderada no período de planejamento pré-choque.

Para as séries BR3, BR4, BR5 e BR6, reduzi o valor máximo de k devido ao pequeno tamanho dessas amostras. Como pode ser visto na Figura 2, há uma diferença significativa nos resultados para a amostra BR3. A razão de variância tradicional para este nível de inércia é $\lambda = 0,25$. A aproximação Cochrane fornece uma estimativa quase três vezes maior. Isso é, portanto, consistente com uma explosão da inflação brasileira, sugerindo uma inércia moderada neste período anterior à implementação do Plano Collor I. Uma versão robusta da razão de variância é o próprio valor maior que a enfatiza. O experimento mostra a inércia perfeita para esta época do ano. De fato, a trajetória inflacionária nesse período não coincidiu com um período em que as taxas de juros continuaram subindo, contrariando os planos de Cruzado, Bresser, Arroz com Feijão e Verão. As altas estimativas obtidas são consistentes com esse comportamento.

Devido à influência dos Planos Pré-Reais como o Plano Koror I (Fig. 2, BR4), os valores estimados são consistentes com os valores numéricos e têm pouca consistência com o período Pré-real. Series de dados/Dimensões robustas mostram toda a inércia da série Brasil. Esta amostra contém um grande outlier de 81,3%, a taxa de março de 1990. As simulações realizadas mostraram que a presença de outliers distorceu significativamente a razão de variância tradicional. Em contraste, a presença de outliers não afeta a inferência baseada em sinal. Concluímos, com o experimento analítico, que as estimativas eram mais confiáveis e o período real de pré-planejamento estava completamente estagnado. Isso é evidenciado pelo comportamento da série nesse período.

A comparação dos resultados para as amostras BR5 e BR6 na Tabela 6 mostra que as medições não são afetadas por observações conflitantes em relação ao período de janeiro a julho de 1994. Em contraste, as estimativas para Outras medições são muito mais altas do que o observado, mostrando que a inovação persiste ao longo do tempo. Uma vez que os outliers são removidos, todas as medições serão muito persistentes. A série BR5 teve um forte início no período de janeiro a julho de 1994. De janeiro a junho de 1994, ocorreu hiperinflação, elevando as taxas de juros acima de 41%. O plano propriamente dito foi implementado em março de 1994 e seu impacto se manifestou em julho, quando as taxas de juros caíram para 24,7%. Esta é a última oscilação mensal de dois dígitos na história da inflação brasileira. Depois de agosto de 1994, as taxas de juros nunca mais voltaram aos seus máximos anteriores.

Em resumo, a inovação introduzida pelo Plano Real vem se sustentando há muito tempo. A série BR6 foi introduzida em agosto de 1994 e representou uma fase mais estável da economia brasileira. As inovações desta série envolvem pesquisas esporádicas, como fevereiro de 1999 e outubro de 2002. No entanto, a sustentabilidade dessas inovações é fraca. Conforme mencionado, a taxa de inflação em 1999 passou de 1,2% em janeiro para 4,4% em fevereiro, caiu para 0,000 em abril e recuou para 0,3% em maio. Como resultado, o surto de fevereiro de 1999 foi de curta duração. Em 2022, a inflação passará de 2,6% em setembro para 4,2% em outubro. O crescimento durou apenas até novembro, quando a inflação ficou em 5,8%. Em dezembro, a inflação caiu para 2,7%. Desde então, a inflação permaneceu baixa.

CONCLUSÃO

A taxa de inflação do Brasil é considerada baixa no período recente por vários autores que têm utilizado diferentes métodos para medir a inércia da dinâmica da inflação brasileira. Em particular, dois resultados contraditórios foram obtidos por Cati et al. (1999), que encontraram inércia perfeita, e Campelo e Cribari-Neto (2003), onde o componente de inércia é desprezível. Este trabalho utilizou quatro medidas poderosas dos efeitos de longo prazo dos choques econômicos. Essas medidas são obtidas a partir da modificação da estatística experimental proposta por Wright (2000). Neste teste, estamos interessados em testar a hipótese nula de passeios aleatórios. A medida de pontuação recomendada é uma versão robusta da razão de variância. Os resultados da simulação apresentados no tópico 3 mostram que uma das estatísticas propostas é particularmente certa para a presença de outliers ou conteúdo. A taxa de inflação do Brasil tem outliers então essa métrica parece ser a melhor forma de medir a inércia inflacionária no país.

Outra consequência importante do processo inflacionário no Brasil é que o plano Real não apenas reduz a inflação, mas também reduz permanentemente o grau de inércia inflacionária da economia. No período pós-real, apesar do comportamento errático do sistema de controle inflacionário, que se agravou em 2002, houve mudanças estruturais na dinâmica da inflação, que, apesar de um número incomum de observações, permanece quase estacionária. Em outras palavras, no período pós implantação do Plano Real, o componente inercial do processo inflacionário brasileiro aparece quadrático.

Tejada e Portugal (2001) também chegaram a conclusões semelhantes. Para avaliar a inércia inflacionária do Brasil, esses autores optaram por um processo econométrico de duas etapas. Primeiro, uma representação de confiança foi estimada. Em seguida, eles usam um filtro de Kalman para estimar o grau de inércia inflacionária, levando em consideração a influência da proxy de confiabilidade na inércia inflacionária. como Kati et al. (1999), Tejada e Portugal (2001) utilizaram um método mais trabalhoso do que o escolhido para este simples trabalho de monografia.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das metas de inflação**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>>. Acesso em: 06 out. 2022.

CAMPELO, A. K. & Cribari-Neto. **Inflation inertia and inliers**. Revista Brasileira de Economia, 2003.

CASTRO, L. **A Primeira Metade dos Anos 90**. In.: Economia Brasileira Contemporânea, 2011.

CATI, R. C., E ET AL. **Unit roots in the presence of abrupt governmental interventions**. Journal of Applied Econometrics, 1999.

COUTO, Ana Cristina Lima et al. **O Regime de Metas de Inflação No Brasil**. Disponível: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/50723>>. Acesso em: 06 out. 2022.

Cribari-Neto, F. & Zarkos, S. G. **Econometric and statistical computing using**. Computational Economics, 2003.

DAVIS, J. B. **Recent economics and return of orthodoxy**. Cambridge Journal of Economics, Disponível em: <<https://academic.oup.com/cje/article/32/3/349/1680533>>. Acesso em: 25 set. 2022.

DEQUECH, D. **Orthodox, and heterodox economics**. Journal of Post Keynesian Economics. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/antigo/Terceiros/Cursos/2010/DequechDavid_Neoclassical_Mainstream_orthodox.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

FERNÁNDEZ, R. G. **A metodologia como argumento para uma economia pluralista**. Universidade Federal de Uberlândia, 2011. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1784>>. Acesso em: 25 set. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Inflação brasileira de 1930 a 1970**. 1974.

FRIEDMAN, M. **The methodology of positive economics**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1974, p. 191-194.

GIAMBIAGI, F. **Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos**. Economia Brasileira Contemporânea, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 1990.

QUEIROZ, D. B. **PEC 241**. Rede Jornal Contábil. Disponível em: <<http://www.jornalcontabil.com.br/contador-explica-pec-241/>>. Acesso em: 25 set. 2022.

TEJADA, C. A. E ET AL. **Credibilidade e inércia inflacionária no Brasil**. Estudos Econômicos, 2001.

SICSÚ, João. **Regime de Metas de Inflação**. Revista de Economia Política. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/85-2.PDF>>. Acesso em: 06 out. 2022.

STRACHMAN, Eduardo. **Metas de Inflação no Brasil (1999-2012)**. 2013.

WRIGHT, J. H. **Alternative variance**. Business and Economic Statistics, 2000.